

RELATÓRIO DO ESTÁGIO PÓS-DOCTORAL
REALIZADO
NA UNIVERSIDADE FERNANDO PESSOA
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Ciências da Comunicação

Responsável: Dr. Salvato TRIGO

DR. ANTONIO HOHLFELDT
Cidade do Porto, março a julho de 2008

1. INTRODUÇÃO

Chegado à Cidade do Porto no dia 24 de abril, para um estágio Pós-doutoral junto a esta Universidade Fernando Pessoa, financiado pela CAPES, sob a orientação do Prof. Dr. Salvato Trigo, tendo em vista as diferenças de calendário escolar entre Portugal e Brasil, dispunha apenas de três meses para a realização da tarefa a que me propunha: pesquisar jornais portugueses a futura “Uma história do jornalismo luso-brasileiro”, eis que meu prazo encerrava-se a 31 de julho, impreterivelmente.

Recebi apoio decisivo da Universidade:

- a) licença para ocupar a Residência da Universidade, a custo que diminuiu em 50% o gasto que teria ao alugar um imóvel na cidade, se o conseguisse, tendo em vista o prazo e a época de locação;
- b) abono quanto à taxa de inscrição para os estudos;
- c) liberação de sala com terminal de internet para pesquisas, no âmbito da própria Universidade;
- d) aproximação à direção da Biblioteca da Universidade;
- e) introdução à direção da Biblioteca Pública Municipal do Porto, para a pesquisa a ser desenvolvida.

A primeira reunião ocorreu logo no dia 30 de abril, quando, depois de ter comentado genericamente meu projeto, o Prof. Dr. Salvato Trigo propôs-me uma variante, mais objetiva e mais consentânea com o tempo disponível: pesquisar a imprensa colonial de expressão portuguesa, sob a ótica de uma história cultural.

Indicou-me a fonte: a Biblioteca Pública Municipal do Porto; ofereceu-me alguma bibliografia inicial, que me traria imediatamente nos dias seguintes; integrou-me à sala dos pesquisadores da Biblioteca.

Daquela primeira conversa, e depois de examinar e copiar a relação de jornais disponíveis na Biblioteca Pública, em seu ficheiro, tracei o projeto de pesquisa:

- a) ler e fichar todo o acervo de jornais disponíveis na Biblioteca Pública Municipal do Porto, vinculado às antigas colônias portuguesas: Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa;
- b) digitalizar este acervo em relação aos documentos que interessassem à pesquisa;
- c) levantar, localizar e buscar toda a bibliografia possível e disponível sobre o tema;
- d) fotocopiar toda a bibliografia disponível.

2. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

Ao mesmo tempo em que iniciei a cópia dos ficheiros, registrando colônia, título do periódico e cota com que estava identificado na Biblioteca, passei a ler os primeiros textos e livros disponíveis, buscando inclusive material no *site* do Google. Através desta primeira pesquisa, identifiquei alguns livros, que tratei de descobrir onde poderia encontrar. Neste sentido, a Sra. Dra. Carla Sousa, Bibliotecária-Chefe da Universidade Fernando Pessoa, foi fundamental. Através do Programa PROBASE, ela rapidamente identificou e localizou os exemplares dos livros listados. A meu pedido, buscou informações sobre custo e alternativas para mandar buscar os livros e de imediato formalizou os pedidos.

A partir destas obras, e através de outras que me foram possibilitadas pelo prof. Dr. Salvato Trigo, ou adquiri em sebos da cidade, rapidamente pude formar um conjunto de referências bibliográficas, enriquecendo-as à medida em que consultava e cruzava as citações entre si. Estabeleci, assim, uma bibliografia específica sobre o jornalismo em Angola, Moçambique, Cabo Verde e Goa, além de buscar igualmente livros sobre o jornalismo colonial, em geral, e o jornalismo colonial na metrópole, isto é, Lisboa.

Todos esses livros chegaram às minhas mãos, e foram diligentemente fotocopiados, ao longo de todo o processo de desenvolvimento da bolsa de estágio pós-doutoral.

Enquanto isso, iniciei o processo de leitura e fichamento dos jornais. As primeiras leituras dirigiram-se aos três únicos periódicos remanescentes do século XIX: de Moçambique, em 1863, Folhinha civil e histórica; de Goa, 1868, O chronista de Tissuary e de Angola, 1890, Correio de Loanda. Posteriormente, dei preferência aos periódicos de Angola, a que se sucederam os de Cabo Verde e Goa. A listagem dos jornais de Moçambique era mais densa e cobria períodos mais longos, ficando para a etapa final, mas todas as publicações disponíveis foram lidas, fichadas e geraram um levantamento detalhado (ANEXO I).

3. DESDOBRAMENTOS E RESULTADOS PARCIAIS

Um primeiro encaminhamento que fiz foi contextualizar o jornalismo produzido nas colônias. Pode-se dizer que há duas fontes, diferentes e complementares:

a) portugueses que deixam a metrópole e se fixam na colônia, quase sempre funcionários públicos que se tornam jornalistas para além de suas funções específicas;

b) naturais da colônia, sobretudo mestiços, que passam a formar uma pequena burguesia letrada local, e que buscam defender os interesses dessas populações.

No primeiro caso, identifica-se claramente algumas conseqüências: jornais fortemente ideológicos, vinculados a partidos políticos ou a segmentos políticos que participam do jogo eleitoral. Muitos desses jornais aparecem exatamente tendo em vista uma campanha eleitoral. Ou se posicionam a favor ou contra a administração colonial local, provocando polêmicas que, muitas vezes, redundam – e aí uma segunda característica – em seu exílio ou deportamento para outra colônia ou para um local diverso da mesma colônia, o que significa a interrupção de publicação do periódico, na maioria dos casos. De modo geral, são jornais de tendência republicana, com raras exceções, ainda que nesse republicanismo caibam muitas variantes.

No segundo caso, chama a atenção especialmente a linha de defesa intransigente dos naturais adotada pelos periódicos, muito mais voltada para o mestiço do que propriamente para o natural (o indígena, como o denominam).

Há algumas situações de exceção, como o de O emancipador, que é uma publicação vinculada diretamente aos trabalhadores, organizados em suas associações (mais tarde, sindicato), e que, já na década de 1920, vincula-se ao movimento de expansão da Revolução Soviética de 1917, integrando-se ao movimento operário internacional.

Para o fichamento dos jornais, adotou-se a prática de levantar características genéticas¹ de cada periódico e os temas, conforme a listagem seguinte:

1. título
2. linha editorial

¹ No sentido dado por MOUILLAUD, Maurice (Org.) in *O jornal: Da forma ao sentido*, Brasília, Paralelo 15. 1997.

3. período de circulação/ período de disponibilidade da coleção
4. temas abordados
5. publicidade divulgada
6. debate sobre o conceito e a missão da imprensa e do jornalismo; o problema do enfrentamento com a censura, fosse ela qual fosse;
7. as principais polêmicas promovidas;
8. a presença do Brasil em suas páginas;
9. registro de notas, notícias ou qualquer outra matéria que caracterizasse o clima de opinião ou o modo de vida cotidiano na colônia;
10. quaisquer outras informações julgadas interessantes.

Os fichamentos, manuscritos, foram depois digitados, tarefa que se encontra já concluída, e que terá, agora, os seguintes desdobramentos:

- a) reorganização dos periódicos segundo cada colônia;
- b) na série de cada colônia, organização cronológica das publicações.

Terminada esta etapa, propriamente preparatória, pretende-se resgatar os dados históricos primariamente levantados sobre cada colônia:

- a) história da expansão e colonização ultramarina portuguesa;
- b) história política e cultural de cada colônia;
- c) história da chegada dos primeiros prelos e o início das publicações em cada colônia;
- d) análise comparativa, quando possível, entre os periódicos pesquisados;
- e) constituição de uma “história” do jornalismo colonial de expressão portuguesa, contextualizando essas colônias em relação à colônia do Brasil e a Portugal; mais adiante, ao Brasil, já independente (a independência do Brasil ocorre pouco antes do

surgimento do jornalismo nas colônias, mas seu jornalismo, que se inicia algumas décadas antes, guarda algumas das mesmas características daquele).

Este trabalho será a primeira redação de um estudo de maiores proporções, que se insere em largo projeto sobre uma história do jornalismo luso-brasileiro, portanto, jornalismo que antecede, inclusive, a imprensa.

Ele produzirá, sucessivamente,

- a) *papers* para congressos;
- b) conferências e artigos;
- c) um trabalho específico sobre o tema do jornalismo nas colônias de expressão portuguesa;
- d) a obra de maior vulto sobre a história do jornalismo luso-brasileiro, a ser desdobrada com a participação de outros pesquisadores, quer brasileiros, quer portugueses.

Valho-me, para isso, dentre outros autores, do entendimento expresso por Maria Cecília Guirado², que considera “os primeiros relatos do Descobrimento do Brasil como sendo as primeiras reportagens escritas em terra brasileira”. Ela refere o documento de Pero Vaz de Caminha a respeito da viagem de Pedro Álvares Cabral (1500) e o “Diário da navegação” de Pero Lopes de Sousa, sobre a viagem empreendida sob o comando de Martim Afonso de Sousa, seu irmão e primeiro governador do Brasil (1530). Pode-se estender esse conceito aos demais relatos de viagens e de descobertas, tanto quanto aqueles reunidos sob a denominação genérica de “histórias trágico-marítimas” que enfocam

² GUIRADO, Maria Cecília – *Relatos do descobrimento do Brasil – As primeiras reportagens*, Lisboa, Piaget, 2001, em especial p. 22.

naufrágios e fugas de batalhas diante de piratas³. Há narrativas que antecedem a introdução da imprensa em Portugal, como as “Novas da infelicidade da armada de Sua Majestade que escreveu o Mestre da Sota capitaina”⁴, de 1558. É evidente, contudo, que a introdução da imprensa facilitou a circulação deste tipo de informação, mesmo que a Corte Portuguesa fosse avessa à demasiada publicização das viagens que se faziam sob seus auspícios, graças às disputas com Espanha, num primeiro momento e, posteriormente, com França, Inglaterra ou Países Baixos.

Seja como for, com a introdução da prensa, o jornalismo impresso não tardou a se manifestar em Portugal. “As primeiras notícias foram impressas em Portugal no ano de 1626, sob a forma de carta e com o título de *Relação universal do que succedeo em Portugal, e nas mais províncias do Ocidente e Oriente em Março de 625 até todo Setembro de 626*. O redactor assinou com o pseudónimo de “Francisco de Abreu”, mas seu nome verdadeiro era Manuel Severim de Faria, clérigo e escritor que em 1628 faria imprimir outra *Relação do que succedeo em Portugal, e mais províncias do Oriente, e Ocidente, desde Março de 1626 até Agosto de 1627* (a primeira impressão foi em Lisboa e a segunda em Évora)⁵.

As conquistas portuguesas desdobraram-se, desde o século XIV, com especial ênfase a partir do reinado de Dom João I, em cujo período viveu o Infante Dom Henrique, nascido a 4 de dezembro de 1394, na cidade do Porto. O Infante participaria das

³ Ver, a respeito, BRITO, Bernardo Gomes de – *Historia trágico-marítima – Quatro naufrágios*, Lisboa, Verbo. 1972.

⁴ NOVAS DA INFELICIDADE DA ARMADA DE SUA MAJESTADE QUE ESCREVEU O MESTRE DA SOTA CAPITAINA, Biblioteca Nacional de Lisboa, Cx. 2, no. 28, 1558, segundo referência de Maria Cecília Guirado na obra antes mencionada.

⁵ NEVES, João Alves das – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, Lisboa, Direcção-Geral da Comunicação Social. 1989, p. 23. Especificamente a respeito dessas *relações*, ver SOUSA, Jorge Pedro (Coord.); PINTO, Mário; SILVA, Nair; SILVA, Gabriel; DELICATO, Mônica - *A génese do jornalismo lusófono e as relações de Manuel Severim de Faria*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. 2007.

batalhas de Ceuta (em agosto e setembro de 1415), a que se segue a conquista da Grã Canária, a partir de 1424⁶. Em 6 de novembro de 1461, Diogo Afonso descobre a ilha de São Nicolau, do arquipélago de Cabo Verde; o mesmo Diogo Afonso chega à ilha de Santo Antão, do Cabo Verde, em 17 de janeiro do ano seguinte. Em 5 de agosto de 1483, Diogo Cão atinge a Angra de Santa Maria (mais tarde Benguela, em Angola). A 4 de março de 1498, Vasco da Gama desembarca na ilha de Moçambique, onde coloca o padrão de São Jorge. Naquele mesmo ano, Vasco da Gama visita Calecute, no reino de Cananor, a 17 de maio. Enfim, em 22 de abril de 1500, Pedro Álvares Cabral *descobre* o Brasil.

As regras básicas estabelecidas para as colônias não são diferentes umas das outras. Isso tem um ponto positivo: a unidade da colonização portuguesa sob a perspectiva de uma só estratégia e política; mas tem um ponto negativo, motivo para os sucessivos debates que ao longo dos séculos vão se desenrolar nas próprias colônias e, às vezes, em Lisboa, junto às Côrtes ou junto à Câmara dos Deputados: Portugal trata igualmente aos desiguais, não distinguindo políticas de desenvolvimento diferenciado para as suas colônias, o que lhes vai provocar consideráveis atrasos.

Seja como for, o Brasil só vai conhecer a imprensa em 1808, quando a Família Real, por força da invasão francesa de Napoleão Bonaparte e a pressão da Inglaterra, termina por deslocar-se de Lisboa para o Rio de Janeiro. Com isso, cria-se a Imprensa Régia e, pouco depois, nosso primeiro jornal, a Gazeta do Rio de Janeiro.

Quanto às demais colônias, foi Bernardo Sá Nogueira, Marquês de Sá da Bandeira quem, em 1836, no artigo 13º. do Decreto de 7 de dezembro, determina que se

⁶ Todos os dados históricos foram retirados de BRANDÃO, Fernando de Castro – *História da expansão portuguesa (1367 – 1580) – Uma cronologia*, Odivelas, Europress. 1995.

criem, nas possessões ultramarinas, publicações capazes de transmitir informações legais, comerciais e gerais, necessárias ao público residente nas colônias⁷.

Em Angola, a primeira máquina de imprimir foi trazida por Joaquim António de Carvalho Menezes, um filho do país, em 1842. Enviada para Luanda, através de navio, curiosamente o barco afundou, segundo José de Fontes Pereira, por orientação da metrópole. Em 1845, o Governador Geral, Pedro Alexandrino da Cunha, importa outra prensa, e a partir de 13 de setembro se publica a primeira edição do Boletim Oficial. Em Moçambique, a imprensa se inicia em 1854, também com a criação de um Boletim Oficial, que se divulga a partir de 13 de maio daquele ano. Da mesma maneira, em Cabo Verde, o Boletim Oficial do Governo Geral de Cabo Verde começa a circular a partir de 24 de agosto de 1842, portanto, ainda antes que em Angola. Mas será Goa, na Índia, que antecederá a todos, pois sua imprensa se inicia ainda em 1556⁸. Goa constituía, com Damão e Diu, a chamada Índia Portuguesa: “Foram ali publicados 7 órgãos da imprensa oficial, 104 de significado informativo, 17 políticos, 13 jornais diários, 23 literários, 15 de interesse científico, 5 sobre Direito, 4 de história e arqueologia e 20 que tratavam de questões religiosas, todos impressos em português, além de outros publicados em português e, simultaneamente, noutros idiomas”⁹.

A esta primeira imprensa, *oficiosa*¹⁰, seguir-se-á uma imprensa não-oficial, que pode ser assim referenciada: no Brasil, encontraremos o Correio Braziliense, editado

⁷ LOURENÇO, João Pedro da Cunha – *A imprensa e a problemática da liberdade de imprensa em Angola: 1866-1923*, Luanda, Instituto Superior de Ciências da Educação, Universidade Agostinho Neto. 2003. Dissertação de Mestrado. Mimeo.

⁸ NEVES, João Alves das – *História breve da imprensa de língua portuguesa no mundo*, op. Cit., p. 69.

⁹ NEVES, João Alves das – *Idem*, ibidem, p. 103.

¹⁰ É interessante observar-se, como já remarcaram os historiadores desses boletins, que tal imprensa oficiosa, tal como ocorreu com a Gazeta do Rio de Janeiro, não se limitava a publicar os documentos oficiais de governo, mas terminava por divulgar informações variadas, inclusive sobre bailes e outros acontecimentos das sedes de governo, podendo, por isso mesmo, serem consideradas como jornais, em sentido mais estrito.

por Hipólito José da Costa, a partir de junho de 1808, desde Londres. Em Angola, segundo Júlio de Castro Lopo¹¹, o semanário A civilização da África portuguesa, de 6 de dezembro de 1866, em Luanda, abre este novo período. O jornal era editado por Urbano de Castro e Alfredo Mântua, contando já com tipografia própria. Tratava-se de um “semanário dedicado a tratar dos interesses administrativos, econômicos, mercantis, agrícolas e industriais da África portuguesa”¹².

O progresso, de 9 de abril de 1868, inicia o processo em Moçambique, editado a partir da ilha do mesmo nome. O jornal se propunha a ser um “hebdomadário religioso, instrutivo, comercial e agrícola”, mas sofreu a censura já na sua primeira edição e assim se extinguiu¹³. No Cabo Verde, o primeiro jornal oficial é de 1º de outubro de 1877 e se chamava Independente, por si só mais do que significativo. Tratava-se de um “semanário noticioso, literário e político”.

E em Goa, teria sido, segundo António dos Mártires Lopes, o jornal A imprensa de Goa, publicado a partir de 22 de dezembro de 1821, que teria estreado tal processo.

Pesquisadores costumam dividir a história da imprensa portuguesa em três períodos, como quis José Tengarrinha; também a imprensa colonial pode ser dividida em três etapas, embora não correlacionadas necessariamente com as da metrópole.

Para Portugal, pode-se aceitar a seguinte periodização (que alguns poucos autores discutem):

a) desde a Gazeta de 1641 até a revolução liberal de 1820;

¹¹ LOPO, Júlio de Castro - *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.

¹² ERVEDOSA, Carlos – *Roteiro da literatura angolana*, Lisboa, Edições 70. 2001, p.25.

¹³ DA INTRODUÇÃO DA TIPOGRAFIA À PASSAGEM DE LOURENÇO MARQUES A CIDADE – CONTEXTO HISTÓRICO (1854 – 1887).

b) desde 1820 ao terceiro quartel do século XIX, o que corresponde ao surgimento da imprensa enquanto empresa;

c) desde os últimos vinte e cinco anos do século XIX até os nossos dias.

Imagino que se poderia (e deveria) acrescentar um novo período posterior ao 25 de abril de 1974, por tudo o que é apresentado, dentre outros, por Nuno Rocha, em “Os meios de comunicação após a Revolução dos Cravos (1974-1996)”, no âmbito da obra maior de Alejandro Pizarroso Quintero¹⁴.

Quanto ao jornalismo colonial, há autores que defendem também uma divisão em três períodos, como o faz Júlio Castro Lopo, a propósito do jornalismo angolano, o que pode, porém, ser estendido ao jornalismo das demais colônias:

a) imprensa oficial ou *oficiosa*, da data de criação dos respectivos *boletins oficiais* até o surgimento de um jornal que gozasse de maior distanciamento da autoridade política e administrativa da colônia;

b) imprensa livre, da data de criação desses jornais com maior autonomia, até o aparecimento de jornais em que a atividade jornalística fosse considerada, em sentido estrito, como profissionalizada;

c) imprensa profissional, a partir daquele momento, quando o jornal se torna a referência para a sobrevivência de seu diretor, editor ou redator (em alguns casos, tudo isso ao mesmo tempo) e onde, em geral, o jornal se imprime a partir de uma gráfica própria que também edita outros periódicos e/ou realiza serviços gráficos para terceiros, garantindo sua independência financeira.

Entendo que, da mesma forma que em Portugal, mas com conseqüências mais amplas, uma história dessa imprensa, escrita nos dias de hoje, deveria considerar um

¹⁴ QUINTERO, Alejandro Pizarroso (Org.) – *História da imprensa*, Lisboa, Planeta. 1994.

quarto período, vinculado aos acontecimentos posteriores ao 25 de abril de 1974, porque daí em diante desdobraram-se e se concretizaram os projetos independentistas das colônias, com conseqüências mais do que evidentes.

Neste primeiro momento, já foram produzidos dois *papers*, enviados a diferentes congressos brasileiros:

a) **Imprensa das colônias de expressão portuguesa: Primeira aproximação**, aceito para apresentação no Colóquio Brasil x Portugal, no âmbito do XXXI Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação, promovido pela INTERCOM, na primeira semana de setembro, na cidade de Natal, Brasil;

b) **A imprensa nas colônias de expressão portuguesa: Principal bibliografia**, enviado ao 6º Encontro Nacional de Pesquisadores da SBPJor, e que se encontra em fase de análise, devendo – se aprovado – participar de uma mesa de Comunicação Coordenada sobre os 200 anos de imprensa brasileira, da qual faz parte, também, o Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa, da UFP, além de outros três pesquisadores brasileiros, em novembro vindouro, em São Paulo.

c) encontra-se em elaboração, neste momento, um terceiro documento, que focará exclusivamente o já mencionado O emancipador, de Moçambique, a ser publicado em revista especializada da ESPM, em São Paulo, que trata das relações entre jornalismo e sociedade, de que este periódico é um excelente exemplo.

Quanto à bibliografia localizada e copiada, pode-se fazer a seguinte síntese do material reunido num primeiro momento:

Um dos textos mais antigos encontrados é **Subsídios para a história do jornalismo nas províncias ultramarinas portuguesas**, de Brito Aranha¹⁵. O texto está escrito em francês, porque se destina a uma exposição colonial da cidade de Anvers, na França. No seu estudo verdadeiramente pioneiro, diz Brito Aranha, com razão, sobre os jornais das colônias:

La presse des colonies portugaises a été souvent le défenseur énérgique de tout ce qui regarde ses vastes territoires, en n’oubliant jamais de rendre bien éclatantes les pages glorieuses, que le Portugal a dans l’histoire de la civilisation par ses découvertes¹⁶.

Mais adiante, depois de afirmar que “le développement de la presse dans les colonies portugaises a commencé vers l’année 1820”, conclui: “Dans l’espace de cinquante ans nous avons à compter 150 journaux ou à peu près dans les provinces outremerines”¹⁷.

O volume apresenta duas relações interessantes: a primeira é a dos “jornais ultramarinos” em ordem alfabética e, logo em seguida, a relação dos “jornais pela ordem das províncias”, o que facilita muito qualquer busca para o pesquisador. Curiosidade importante, o autor distingue entre a Índia Portuguesa e a Índia Inglesa, além de incluir aqueles “Jornais publicados na metrópole e dedicados aos negócios ultramarinos”, que é um outro conjunto de publicações a ser pesquisado, sobretudo levando-se em conta o fato de sua influência junto à imprensa das colônias ou, na outra mão, a série de informações que divulgava na metrópole, oriunda das colônias.

Em 1943, atendendo a um convite do Ministério das Colônias, a Dra. Fernanda Reis pronunciou interessante conferência denominada “O jornalismo colonial na metrópole”¹⁸. Na sua perspectiva, referindo-se à imprensa que circula na metrópole, diz ela que inexistente um *jornalismo colonial*, acusando os jornais da metrópole de ignorar, em geral, o que se passa nas colônias ou atentar apenas para aspectos exteriores ou escandalosos:

¹⁵ ARANHA, Pedro Wenceslau Brito – *Subsídios para a historia do jornalismo nas províncias ultramarinas portuguesas*, Lisboa, Imprensa Nacional. 1885.

¹⁶ “A imprensa das colônias portuguesas tem sido constantemente a defensora enérgica de tudo o que se refere a seus grandes territórios, não se esquecendo jamais de tornar bem significativas as páginas gloriosas que Portugal tem na história da civilização por suas descobertas” (trad. do autor).

¹⁷ “O desenvolvimento da imprensa nas colônias portuguesas começou em torno de 1820” e “No espaço de cinquenta podemos contar 150 jornais ou pouco mais nas províncias ultramarinas” (trad. do autor).

¹⁸ REIS, Fernanda – *O jornalismo colonial na metrópole*, Lisboa, Agência Geral das Colônias. 1943 (Separata do n. 220 do *Boletim Geral das Colônias*).

É vulgar encontrarmos nos jornais de Angola e Moçambique amargas queixas a respeito do silêncio dos grandes jornais metropolitanos sobre alguns dos maiores problemas coloniais. Outras vezes, as queixas transformam-se em sangrentas ironias, a propósito de erros cometidos pela Imprensa da Metrópole, na localização de uma cidade, na grafia do nome de uma região ou de um rio dos territórios ultramarinos. Cumpre confessar que os jornais de Angola e Moçambique têm razões esmagadoras.

Ao final de sua conferência, ela sintetizava seu pensamento, afirmando:

--Não há, na Metrópole, jornalismo colonial;

-- A criação desse jornalismo constitui uma necessidade urgente (...);

-- Não é difícil criar esse jornalismo (...);

-- O Jornalismo Colonial na Metrópole deve obedecer a (...) princípios fundamentais de ordem técnica, como sentido de oportunidade; enquadramento de temas menos vulgarizados; satisfação da curiosidade geral pelas questões imperiais, [adoção] de forma simples, perfeita e facilmente assimilável pelo leitor das camadas populares, etc.

Um outro texto que promove abordagem abrangente do assunto é o de Luís C. Lúpi¹⁹. O trabalho, de cunho eminentemente acadêmico, põe em relevo a então recente criação da primeira agência noticiosa portuguesa, a Lusitânia, decisão do Ministro das Colônias da época, Marcelo Caetano. Na conclusão de seu trabalho, o autor dá especial atenção à situação da comunicação nas colônias de Angola e de Moçambique.

Aparentemente distante do tema, mas extremamente útil pelo conceito de *expressão portuguesa* que adota para falar da literatura angolana – conceito que pode e deve, em meu entendimento, ser estendido não só às demais literaturas das colônias quanto a toda a sua produção cultural (isso valendo até 1974 quando, em decorrência da Revolta dos Cravos, apressa-se o processo de independentização das colônias) – é o livro de Salvato Trigo **Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa**²⁰. Seu autor tem larga experiência do território, onde viveu e trabalhou como professor durante muitos anos, e

¹⁹ LÚPI, Luís C. – *A informação e a formação da opinião pública no Ultramar português*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar – Centro de Estudos Políticos e Sociais. 1958.

²⁰ TRIGO, Salvato – *Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa*, Porto, Brasília. 1977.

discute profundamente a questão, tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Tenho adotado esse critério para o estudo a que me proponho.

A obra mais antiga a respeito da imprensa goana é de 1880. Trata-se de **A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII**, de José Antonio Ismael Gracias²¹. Como o autor se refere à imprensa, de modo geral, aborda a presença de prelos e a impressão de livros. Seu estudo é especialmente importante porque evidencia que foram os padres jesuítas e os frades franciscanos quem introduziu a imprensa na Índia Portuguesa. Contudo, a mesma será proibida por Carta do Secretário d'Estado, em 20 de março de 1754, na luta que o Marquês de Pombal desenvolverá contra os religiosos, especialmente os jesuítas. A tipografia só será reintroduzida a partir de 22 de dezembro de 1821, quando se passa a editar a Gazeta de Goa, jornal oficial do governo. Daí em diante, seguir-se-ão outros jornais oficiais, como o Crónica Constitucional de Goa (1835) e o Boletim do Governo do Estado da Índia (1837), convivendo com a primeira publicação independente, que é o Echo da Lusitânia (1836), cujo redator responsável se chama Manoel Felicíssimo Louzada d'Araujo, e cuja circulação termina já em 5 de março de 1837.

Jaime Rangel produz livro de índole diferente. **A imprensa em Goa** reúne uma série de conferências pronunciadas sobre o tema²². O texto de Rangel é abrangente e o volume é enriquecido com a relação dos “Primeiros livros impressos em Goa” e os “Jornais publicados em Goa”, acrescentando uma lista dos “Antigos jornais de Bombaim”, em língua portuguesa, do Damão e de Diu.

Outra obra de referência, ainda que não exclusivamente voltada para Goa, é **A informação nas Províncias do Oriente (Elementos para o seu estudo)**, de José Júlio Gonçalves²³. Este autor escreveu obras sobre a imprensa de praticamente todas as colônias portuguesas. Neste volume, ele aborda a imprensa de Goa, na Índia; Macau, na China; e Timor. Reproduz capas dos primeiros jornais publicados em cada região, analisa seus conteúdos, destaca seus pioneiros e, sobretudo, evidencia critérios para a avaliação historiográfica desses periódicos.

²¹ GRACIAS, José Antonio Ismael – *A imprensa em Goa nos séculos XVI, XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional. 1880.

²² RANGEL, Jaime – *A imprensa em Goa*, Bastorá, Tipografia Rangel. 1957.

²³ GONÇALVES, José Júlio – *A informação nas Províncias do Oriente (Elementos para o seu estudo)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1966.

O mesmo António dos Mártires Lopes, que já mencionei a propósito de um estudo abrangente sobre a imprensa colonial, assina **Imprensa de Goa**, livrinho pequeno em dimensão, mas muito objetivo, distinguindo a imprensa oficial, a imprensa política, a imprensa particular, a imprensa diária, a imprensa literária, a imprensa científica, a imprensa jurídica, a imprensa histórico-arqueológica, a imprensa religiosa e a imprensa bilíngüe, registrando, então, jornais luso-concanim, luso-marata, luso-ingles, concanim, marata, ingles, marata-concanim, concanim-ingles, portugues-concanim-ingles, que serve para dar um indicativo da complexidade de se estudar essa imprensa. Posso destacar, pelo levantamento feito, que muitos dos jornais editados em português, por exemplo, não apenas são bilíngües quanto seu redator é um só, que tem o pleno domínio de ambos os idiomas.

No que tange à imprensa do Cabo Verde, o livro de referência mais conhecido é **A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (Achegas para o seu estudo)**, de José Júlio Gonçalves²⁴. Gonçalves não se limita, na verdade, à imprensa. Ele aborda também as publicações de livros e chega à informação áudio-visual. Dá ainda atenção à correspondência postal, fonopostal, telefônica e telegráfica, levando-se em conta que, *stricto sensu*, Cabo Verde é um arquipélago e que, portanto, boa parte da informação que por lá circulava, especialmente nos primeiros séculos de colonização, transitava de maneira mais informal. Por isso mesmo, seu capítulo final é sobre o “Boato, um meio esotérico de informação”, sobre o qual escreve: “Ali, como em todo o lado, o boato, mercê da *clandestinidade* e da *transmissibilidade* que lhes são inerentes, constitui um veículo de informação de apreciável importância, dada a sua quase exclusiva natureza política” (p. 193).

Acrescente-se que também no Cabo Verde havia idiomas diversos que, cruzando com o português do colonizador, resultou numa língua variada e rica, hoje com forte expressão literária, o *crioulo*.

Pode-se mencionar ainda um curioso trabalho de Bento Levy, **Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde**, trabalho que está mais diretamente vinculado aos episódios de independentização da colônia²⁵.

²⁴ GONÇALVES, José Julio – *A informação na Guiné, em Cabo Verde e em São Tomé e Príncipe (Achegas para o seu estudo)*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1966.

²⁵ LEVY, Bento – *Em defesa própria. Subsídios para uma história do jornalismo em Cabo Verde*, 1974.

O pioneiro dos estudos sobre o jornalismo de Angola é Júlio de Castro Lopo. Ele escreveu e publicou, sucessivamente, três trabalhos, cada um deles mais alentado que o outro, a respeito do tema, sendo o mais recente e completo **Jornalismo em Angola – Subsídios para a sua história**²⁶. Por ser este o trabalho mais abrangente, é a ele que me refiro. O trabalho parte da referência obrigatória ao Boletim do Governo Geral da Província de Angola, de 13 de setembro de 1845, criado pelo então governador Pedro Alexandrino da Cunha. Lopo estabelece critérios de periodização para seu estudo, critérios esses que podem ser estendidos, em meu entendimento, a toda a imprensa colonial de expressão portuguesa, inclusive o Brasil, com alguns cuidados. Em seu trabalho, destaca os pioneiros da chamada imprensa independente, António Urbano Monteiro de Castro e Alfredo Júlio Côrtes Mântua, além de dar especial ênfase àquele que não seria apenas jornalista mas também o primeiro autor de ficção de Angola, Dr. Alfredo Tony. Ao longo de sua obra, Castro Lopo enfatiza a presença inclusive de naturais, como José de Fontes Pereira e Pedro da Paixão Franco, chegando àquele que foi, em seu entendimento, o introdutor da imprensa industrial, Adolfo Pina. Seu estudo, de modo geral, é sempre referenciado por quem trabalhe com dados sobre a cultura angolana, ainda que alguns autores queiram discutir-lhe os critérios adotados.

O dedicado e indefectível José Julio Gonçalves também é autor de um livro sobre o mesmo tema, **A informação em Angola – Alguns subsídios para o seu estudo**²⁷, em que apresenta variações sobre os dados desde então conhecidos, como, por exemplo, valorizar a presença holandesa na região, além de também abordar a informação audiovisual, o cinema e, a exemplo do livro anteriormente citado sobre Cabo Verde, desdobrar os temas da correspondência postal, fonopostal, telegráfica, telefônica, etc. O livro não chega a abordar o período posterior a 1974.

Um trabalho curioso, ainda que ingênuo, é **A influência do Brasil no jornalismo de Angola**, de A. Borges de Melo²⁸. O autor é um angolano radicado no Brasil. Originalmente, seu texto se constitui de uma série de artigos publicados no jornal Semana

²⁶ Pela ordem de publicação, os livros são: *Para a história do jornalismo de Angola*, Luanda, Associação dos Naturais de Angola. 1951; *Para a história do jornalismo de Angola*, Luanda, Museu de Angola. 1952; e *Jornalismo de Angola – Subsídios para a sua história*, Luanda, Centro de Informação e Turismo de Angola. 1964.

²⁷ GONÇALVES, José Julio – *A informação em Angola – Alguns subsídios para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1964.

²⁸ MELO, A. Borges de – *A influência do Brasil no jornalismo de Angola*, Nova Iguaçu, Mudinter. 1985.

ilustrada, de Lisboa, entre 1974 e 1975, depois organizados e reunidos em livro. O título engana o leitor. Na verdade, não há nenhuma referência a qualquer influência brasileira, embora seu autor até pudesse ter abordado, por exemplo, a questão da presença do poeta Gregório de Matos Guerra em Angola, enquanto degredado. Seu texto não traz grandes novidades, mas vale a pena ao analisar a tipologia e constituição dos jornais do século XIX e, especialmente falar da situação mais contemporânea, com os baixos índices de leitura.

Enfim, quanto a Moçambique, pode-se começar pelo opúsculo de Filipe Gastão de Almeida de Eça, “Qual foi o primeiro livro impresso em Moçambique?”²⁹. O autor estabelece o ano de 1854 como aquele em que se fez a primeira impressão naqueles territórios, e passa a desdobrar cuidadosamente os motivos pelos quais assume tal posicionamento: “Portanto, pode-se concluir com relativa segurança que anteriormente ao século XIX nunca funcionou em Moçambique qualquer tipografia”. Posteriormente, registra que o primeiro jornal foi o Boletim Oficial do Governo da Província de Moçambique, lançado em 13 de maio daquele mesmo ano de 1854, “apenas com 4 páginas *in-fo*. E com mancha de 17 x 27 centímetros, inserindo excepcionalmente um substancial *artigo de fundo*, talvez de autoria do próprio governador geral”.

Outro livro importante sobre o tema é **A imprensa periódica em Moçambique (1854-1954) – Subsídios para a sua história**, de Raul Neves Dias³⁰, trabalho complementar ao volume **Quatro centenários em Moçambique**, onde escrevia: “Que saibamos, nunca apareceu em Moçambique, ao contrário do que aconteceu na Índia e em Angola, um colecionador de jornais, ou, pelo menos, um historiador da vida da imprensa periódica nesta Província”. É, pois, Raul Neves Dias, o pioneiro desses estudos em Moçambique, como o é Júlio de Castro Lopo em Angola. Seu trabalho tem este direcionamento pioneiro: começa por localizar e identificar as fontes de informação, citando os estudos iniciais de Brito Aranha, Sousa Ribeiro (ex-administrador da província), António dos Santos Figueiredo, Rocha Martins, Mário Costa e Filipe Gastão de Almeida de Eça, com quem, aliás, concretiza esse trabalho.

²⁹ EÇA, Filipe Gastão de Almeida de – *Qual foi o primeiro livro impresso em Moçambique?*, Lisboa, separata do Boletim Geral do Ultramar, nos. 341-342. 1953.

³⁰ DIAS, Raul Neves – *A imprensa periódica em Moçambique (1854-1954) – Subsídios para a sua história, com a colaboração do Arquivo Histórico de Moçambique e de Filipe Gastão de Almeida de Eça*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional. 1956.

A seguir, reproduz estudo de Filipe Gastão de Almeida de Eça a respeito do primeiro jornal não-oficial da província, a que se seguem, ano a ano, os títulos dos jornais que depois se editaram, sob o foco geral de uma “Evolução da imprensa periódica em Moçambique”. Mais que isso, como o território moçambicano é muito amplo, o historiador passa a examinar esta imprensa também quanto às províncias, como Lourenço Marques, Beira, Niassa, Inhambane, Quelimane, Ibo, Moçambique e Nampula. O último texto é sobre a comemoração do centenário do surgimento daquela imprensa.

Mais adiante, José Júlio Gonçalves também prestaria atenção ao tema, escrevendo **A informação em Moçambique – Contribuição para o seu estudo**³¹. O trabalho de Gonçalves é amplo, iniciando-se pelos “meios e processos tradicionais de comunicação utilizados pelos autóctones pré-gâmicos de Moçambique”, abordando o “impacto do Islão na África Oriental e a difusão do Corão e de outros livros religiosos muçulmanos” até chegar à “penetração portuguesa em terras moçambicanas”³². Do quinto capítulo em diante ele se dedica, propriamente, à introdução da tipografia em Moçambique e desdobra boa parte do alentado volume em torno dos jornais que a partir de então circulam na região.

A exemplo das obras anteriores, o autor inclui um estudo sobre a informação audiovisual, sobre outros meios de comunicação, e, inclusive um texto especial sobre a Lei da Imprensa em vigor em Moçambique.

Um dos trabalhos mais recentes a que tive acesso é o de Ilídio Rocha, **Contribuição para a história em Moçambique**³³. O volume traz um longo capítulo intitulado “Quadros da história da imprensa de Moçambique”, distinguindo, por exemplo, nos tempos mais recentes, a imprensa técnica especializada, a imprensa humorística, a imprensa infantil e a imprensa desportiva. O mais importante deste trabalho, contudo, é a “Tábua cronológica da imprensa política, religiosa e de informação de Moçambique”, que apresenta, desde 1854, e a reprodução fac-similada da primeira página de boa parte dos jornais mencionados e destacados na história dessa imprensa, com excelente qualidade

³¹ GONÇALVES, José Júlio – *A informação em Moçambique – Contribuição para o seu estudo*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. 1965.

³² Portugal sempre teve a especial preocupação de manter aqueles territórios ligados à tradição cristã, contra a crença islâmica, ocupando, por isso mesmo, militar e culturalmente o território.

³³ ROCHA, Ilídio – *Contribuição para a história da imprensa em Moçambique*, sem indicação de editora nem data. O autor era Chefe do centro de Documentação e Informação do Banco Nacional Ultramarino. Pelos dados arrolados, a edição deve ser de 1973.

técnica. O capítulo final traz ainda uma “Relação da imprensa informativa periódica publicada em 1973”, de onde se conclui pela data de sua edição³⁴.

Do que levantei até o momento, posso avançar uma pequena síntese de características dos periódicos consultados:

1. uma prática corrente entre todos os jornais era o envio dos exemplares das primeiras edições a um determinado conjunto de habitantes, provavelmente aqueles que constavam como alfabetizados, mais ou menos possuidores de bens e capazes de se interessar por um jornal. A prática era acompanhada de notas naquelas primeiras edições em que se rogava que quem não quisesse assinar o periódico, favor devolvesse-o à redação. Por conseqüência, a não-devolução implicava na aceitação do mesmo e na emissão do boleto de cobrança, *aposteriori*.

2. todos os jornais registravam o aparecimento de congêneres, não apenas na própria colônia quanto nas demais colônias ou metrópole. Isso significa que os jornais de então mantinham um forte intercâmbio, o que se confirma pela observação do ponto seguinte: os jornais noticiavam a suspensão de circulação dos colegas e, por vezes, até a existência de processos (policiais, administrativos ou censórios), condenações ou absolvições;

3. há um forte trânsito dos jornais entre as colônias e destas com a metrópole: é comum a citação e a transcrição de artigos de uns jornais pelos outros, seja os coloniais, referindo outros jornais coloniais, seja referindo a imprensa da metrópole e, muitas vezes, sendo por ela referida e transcrita também. Dependendo do jornal

³⁴ Encontrei, no acervo da Biblioteca Pública Municipal do Porto uma edição especial, intitulada “A imprensa de Moçambique – 1854 -1954”, editada em Lourenço Marques. Trata-se de um jornal com capa cartonada, em cores, e mais 66 páginas em papel *couché*, contendo a história da imprensa moçambicana, sem indicação de autoria; biografias de escritores e jornalistas, com fotografias, antologia dos mesmos e reprodução fac-similada de algumas primeiras páginas dos jornais de então. Este material está solicitado ao acervo para uma cópia digitalizada, para posterior consulta.

metropolitano que fizesse a transcrição, certamente o fato seria motivo de orgulho para a publicação colonial;

4. isso implica, assim, também, na constituição de um campo específico de circulação, para aquém do círculo de leitores leigos e gerais, ou específicos – mas no campo da política partidária ou dos grupos administrativos, por exemplo – que a publicação buscava alcançar. Os jornais se liam entre si e se criticavam. Pode-se mesmo dizer que o jornal que não mantivesse uma constante polêmica com outras publicações era um jornal de menor importância no contexto de imprensa de então;

5. todos os jornais coloniais são obrigatoriamente enviados, para depósito, às bibliotecas do Porto e de Lisboa, advindo daí a possibilidade de se fazer consulta a essas publicações;

6. é comum o lançamento de novos títulos em substituição aos anteriormente suspensos ou proibidos. Assim, quando um jornal é impedido de circular, imediatamente a instituição editorial lança um novo título; e este novo título assume assinantes, compromissos financeiros e linha editorial do jornal anterior;

7. menos que oposição à condição colonial em si, os jornais das colônias, de modo geral, exercem uma constante crítica às companhias de administração a quem a Metrópole entregava as colônias. Assim, instituições como o Banco Ultramarino Português, a Cia. de Moçambique, a Cia. Nacional de Navegação, dentre outras, são algumas das instituições que mais claramente descontentam as populações coloniais, pela alegada má qualidade de seus serviços. Lembro que, apesar dos nomes, elas são todas formadas por capital estrangeiro, especialmente inglês ou alemão. Em consequência, são também as mais visadas pelas publicações;

8. multiplicam-se os períodos de censura ao longo da história desses jornais, na maior parte das vezes por questões absolutamente externas ao próprio contexto colonial; por exemplo, a instalação da república; a tentativa de golpe e reconstituição da monarquia; a I Grande Guerra, etc. Evidentemente, a instituição do Estado Novo se reflete de imediato na exigência de uma censura prévia constante, que se expressa através de carimbos ou dizeres impressos: “visado pela censura”, em toda e qualquer publicação. Mas curiosamente, essa censura não interfere diretamente nas questões locais ou regionais, de modo que falar mal da limpeza da cidade; criticar a companhia de administração; cobrar melhor desempenho dos serviços postais, de modo geral, não é motivo para a intervenção da censura, nem mesmo depois de 1926;

9. as dimensões dos periódicos em geral é a do tablóide, tal como o conhecemos hoje, mas com infinitas variações nas dimensões exatas; os jornais em geral circulam com quatro páginas, sendo que a última é sempre de publicidade (há exceções: alguns jornais de Goa possuem apenas uma folha; alguns jornais de Angola ou Moçambique chegam a oito páginas); de modo geral, os jornais são semanais, definem-se como informativos e noticiosos (embora haja aqueles que sejam políticos, e neste caso ligam-se claramente a um partido e em geral são fundados pouco antes de uma campanha eleitoral, desaparecendo quase que em seguida;

10. há exigências de registro prévio da publicação, identificação do seu administrador e do seu editor e, a partir de um determinado momento, exige-se mesmo um título universitário para o responsável pelo jornal, o que gerará inúmeros problemas para muitas folhas.

Sumariamente, posso afirmar que me organizei para uma pesquisa genérica, embora importante, porque inédita, na tentativa de constituir uma história do jornalismo

luso-brasileiro e, graças à proposta do tutor, Prof. Dr. Salvato Trigo, tive acesso e descobri um universo muito diverso e ao mesmo tempo complementar: o jornalismo das colônias de expressão portuguesa. Isso propiciou-me a experiência da descoberta de um campo de estudo absolutamente novo, sobretudo porque as escassas obras existentes dedicam-se pontualmente a esta ou àquela colônia, mesmo quando um único autor, como é o caso de José Júlio Gonçalves, estudou o jornalismo presente em todas elas. Carecemos, assim, de um estudo abrangente e integrador. Mais que isso, de um estudo que permita entender o processo jornalístico presente nas colônias sob uma ótica cultural, vinculada ao que ocorria em Portugal e mesmo no Brasil, já que as relações entre Brasil e as colônias portuguesas são constantes, e muitas vezes desdobradas diretamente entre as partes, sem a intervenção da metrópole.

Tenho, assim, a oportunidade de cumprir cabalmente com uma das metas ideais de um estágio pós-doutoral, que é abrir ou expandir um campo de estudos. Neste caso, ainda, aproximar estudos de um mesmo campo, mas que se acham dispersos.

Imagino que, vencida esta etapa inicial, seria possível, já dispondo de um arcabouço mais conseqüente de estudo, buscar atualizá-lo e ampliá-lo, mediante contato direto com as nações hoje existentes, em substituição às colônias, localizando seus pesquisadores e ampliando o foco de estudo que aqui se desdobra, e que está centrado muito especialmente no século XX, no período compreendido entre 1900 e 1935, de um lado, porque a imprensa nas colônias é introduzida apenas a partir do final da primeira metade do século XIX; de outro, porque, após a chegada do Estado Novo, em 1926, os jornais tendem a parecer-se cada vez mais entre si e com os da metrópole, devido ao rígido controle censório que o novo governo desenvolve sobre tudo e sobre todos.

De qualquer modo, esse capítulo “desconhecido” ou pouco valorizado, quer entre pesquisadores brasileiros, quer entre estudiosos portugueses, poderá ser resgatado e valorizado, integrando-se ao contexto do jornalismo luso-brasileiro como um todo, o que reforçará sua identidade e sua unidade.

4. AVALIAÇÃO FINAL

A realização de qualquer estudo exige uma pesquisa prévia que indique ao pesquisador o estado da arte daquele campo. No meu caso, pretendendo buscar concretizar uma história do jornalismo luso-brasileiro, desenvolvi pesquisa prévia, que permitiu a formatação do projeto apresentado, simultaneamente, à CAPES – agência de fomento brasileira, que me propiciou a bolsa de estudos que me levou a Portugal - e à Universidade Fernando Pessoa, na pessoa de seu reitor e, no meu caso, tutor Prof. Dr. Salvato Trigo.

A escolha do tutor, neste caso, foi fundamental: seu sólido conhecimento da cultura portuguesa e brasileira, quanto das colônias de Portugal; seu domínio sobre o campo da literatura e do jornalismo; e, sobretudo, sua disponibilidade e criatividade, apresentando-me um projeto alternativo e complementar, ao mesmo tempo, em relação ao projeto original, foram elementos fundamentais para os bons resultados alcançados.

Por outro lado, devo registrar a importância da infra-estrutura oferecida e já mencionada antes, especialmente a articulação possível, a partir da biblioteca da própria instituição, com as demais bibliotecas portuguesas, que a Biblioteca Pública Municipal do Porto, onde desenvolvi a pesquisa; quer bibliotecas como a Nacional, de Lisboa, onde muitos livros foram localizados. Registro, igualmente, o coleguismo e a disponibilidade do Prof. Dr. Jorge Pedro Sousa, que igualmente complementou parte da bibliografia

procurada, e de sua posse, no âmbito do projeto que coordena, de documentação das fontes do jornalismo português, presente no *site* <http://teoriadojornalismo.ufp.pt> .

Tudo isso fez com que o projeto original ganhasse amplitude, consistência e profundidade. Mais que isso, que se abrisse numa real perspectiva de contribuir com dados novos para o conhecimento atualmente disponível, articulando, ao mesmo tempo, novos pesquisadores que talvez estejam, neste momento, atuando sobre os mesmos temas, de maneira fragmentada.

É essa, ao menos, a impressão e o balanço que colho de minha experiência de cerca de cem dias na Universidade Fernando Pessoa, do Porto, e a projeção que faço para o desdobramento de pesquisas que, daqui para a frente, deve ser concretizado, inclusive com a apresentação, já neste mês de agosto, de nova proposta, desta vez ao CNPq, no âmbito do projeto de candidaturas para Produtividade em Pesquisa, privilegiando, justamente, o estudo acima indicado.

Por tudo isso, resta, então, agradecer à CAPES e aos pares que aceitaram meu projeto de pesquisa; e à Universidade Fernando Pessoa, que me recebeu e apoiou neste processo.

Porto Alegre, agosto de 2008.

Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

